

Leilão da Eletrobras deve atrair até R\$ 35 bi

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

MAIOR OFERTA DE AÇÕES DO ANO

Capitalização deve movimentar até R\$ 35 bi. Ao menos 19 fundos de 11 instituições vão oferecer aplicação com FGTS

RO, SÃO PAULO/EMISLIA

A Eletrobras lançou ontem o aviso da oferta pública de ações que viabilizará sua privatização e que promete ser a maior operação do ano na Bolsa. Grandes fundos de investimento estrangeiro e gestoras já reservaram recursos para a compra dos papéis. A operação pode movimentar até R\$ 35 bilhões, caso haja demanda pela integralidade da oferta e por um lote adicional de papéis que pode ser oferecido ao mercado. A "oferta básica", sem o lote adicional, corresponde a R\$ 30,7 bilhões. Na avaliação do mercado, há apetite para vender tudo.

A Eletrobras já tem investidores privados, mas seu controle está nas mãos da União. O que a empresa vai fazer é emitir nova leva de ações. Como a União não vai adquirir os papéis, sua participação será diluída, devendo recuar de 72% das ações com direito a voto para 45%.

O investidor pessoa física poderá participar da operação por meio da aplicação de recursos do FGTS. A fatia destinada a investimentos com recursos do Fundo corresponde a R\$ 6 bilhões. Se a demanda for maior do que este montante, haverá rateio. A reserva de papéis pode ser feita a partir do dia 3. No dia 8, serão contabilizados os pedidos com uso do FGTS. No dia 9, será definido o preço da ação com base na demanda. Depois disso, será possível iniciar a negociação em Bolsa dos novos papéis.

INVESTIDORES ÂNCORAS
Apesar do otimismo em relação à oferta, a empresa tem até o dia 6 para resolver um imbróglio envolvendo a Hidrelétrica de Santo Antônio, sob risco de inviabilizar a operação (leia mais na página 24).

Oficialmente, o chamado *roadshow*, a apresentação da operação aos investidores, começou ontem, depois que a oferta foi protocolada na Co-

missão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC), que regulam os mercados brasileiro e americano, respectivamente. Mas as conversas sobre a oferta, que ocorre em um período de seca em lançamentos de ações, já vinham ocorrendo antes disso. Muitas operações foram adiadas em razão da piora do cenário macroeconômico, com alta de juros e da inflação.

Segundo fontes, na lista dos investidores âncoras, que já se comprometeram com os bancos que coordenam a operação a ficar com parte dos papéis, estão gestoras como SPX, Squadra, Truxt e o fundo soberano de Cingapura, GIC, segundo fontes do mercado financeiro. Neste caso, o aporte é de R\$ 1,5 bilhão. Outras gestoras manifestaram interesse no papel, mas não devem entrar com um cheque da mesma magnitude, como a 3G Radar, segundo fontes. A Itaú Asset é citada como interessada



Resultado. A União deve reduzir fatia na empresa para 45% das ações com voto

na operação, além de fundos americanos e britânicos.

A oferta está sendo coordenada por BTG, Bank of America, Goldman Sachs, Itaú BBA, Citigroup, Credit Suisse, JPMorgan e Safra.

O apetite não é só voltado aos grandes investidores. Ao menos 19 fundos de 11 bancos e instituições já se habilitaram para oferecer investimentos com recursos do FGTS. Banco do Brasil, Bradesco, BTG, Caixa, Daycoval, Genial, Guide, Itaú, Santander, Safra e XP já se credenciaram junto à Caixa, gestora do FGTS, para fazer a reserva das contas dos trabalhadores.

O trabalhador que fizer a opção terá de deixar o dinheiro aplicado por 12 meses. Se quiser resgatar a quantia nesse período, não poderá sacar os recursos. Eles voltam para a conta do FGTS e só podem ser retirados nas modalidades de saque previstas em lei. (Bruno Rosa, Rennan Setti, João Sorima Neto e Gerulda Doca)

Usina de Santo Antônio pode ser entrave à oferta

Subsidiária da Eletrobras tem até dia 6 para resolver imbróglio em torno da injeção de recursos na hidrelétrica, sob risco de cancelamento da operação. Para analistas, 'risco Furnas' demanda atenção, mas não reduz interesse

RUNO ROSA E VITOR DA COSTA
economi@oglobo.com.br

Enquanto o governo corre contra o tempo para viabilizar a privatização da Eletrobras em junho, a companhia também enfrenta um cronograma apertado para resolver um imbróglio envolvendo sua subsidiária, Furnas, e a Hidrelétrica de Santo Antônio. O prospecto da oferta dá prazo até 6 de junho para que a situação seja resolvida, sob risco de cancelamento da operação. Ontem, a Eletrobras republishou seu balanço financeiro do primeiro trimestre para incluir o parecer de um auditor independente que enfatiza as incertezas decorrentes da decisão de Furnas.

No prospecto da operação divulgado ontem, a Eletrobras já alertava os investidores para os riscos de "obrigações financeiras de Furnas". Uma destas obrigações diz respeito a um aporte bilionário que a empresa deve fazer na operadora da Hidrelétrica de Santo Antônio. No fim de semana, Furnas publicou um edital de convocação para assembleia de detenturistas (detentores de tí-

tulos de dívida) para a próxima segunda-feira, com o objetivo de obter aval para o aporte.

Os sócios da Madeira Energia (Mesa), controladora da hidrelétrica, aprovaram por unanimidade um aumento de capital de até R\$ 1,58 bilhão para quitar o pagamento de uma sentença arbitral — ainda sem decisão final. O processo envolve o consórcio construtor da usina e trata da cobrança de ressarcimento por despesas geradas pelo atraso na entrega do empreendimento.

REDUÇÃO DE RISCOS

Furnas detém 43% do capital da Mesa e poderá ser a única entre os sócios a fazer o aporte — os demais são Caixa, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Cemig. Se isso ocorrer, a empresa se tornará a controladora da usina. No prospecto da oferta, a Eletrobras diz que a previsão é que Furnas passe a deter até 72,36% do capital votante e total da Mesa.

Se a questão não for devidamente equacionada, poderia desencadear o vencimento de dívidas e obrigações. Para os investidores, a questão da usina será acompanhada com



Injeção de recursos. A Hidrelétrica de Santo Antônio teve um aporte aprovado pelos sócios no valor de R\$ 1,58 bilhão

atenção, mas não reduz o interesse na privatização.

— Não chega a afastar os investidores, mas é relevante. A Eletrobras tem dívida de aproximadamente R\$ 20 bilhões. Fora o aporte, ela passaria a ter o controle da Hidrelétrica de Santo Antônio e a consolidar esse ativo no balanço. A usina tem dívida na casa de R\$ 19 bilhões. A Eletrobras estaria dobrando sua dívida — afirmou

Ilan Arbetman, analista de research da Ativa Investimentos, que faz a ressalva. — A Eletrobras concentra 28% da capacidade instalada de geração do país e 40% das linhas de transmissão. A capitalização pode contribuir para que, daqui para frente, a empresa possa ter mais competitividade nas suas atribuições.

Na avaliação de Giuliano Ajeje, analista do UBS BB,

os interessados na privatização da Eletrobras tiveram o tempo de analisar os números da empresa.

— Quem vai comprar ações vão ser investidores com uma visão de mais longo prazo, que entendem que a Eletrobras vai ter uma previsibilidade. Do jeito que está, pelo lado do estrangeiro, a operação será focada em investimentos específicos, que conhe-

cem o Brasil e investem em infraestrutura por aqui.

Ontem, os papéis ordinários da Eletrobras (com voto) cederam 1,23%, a R\$ 43,46, e os preferenciais (sem voto) subiram 0,59%, a R\$ 42,76. No ano, porém, as ações com voto acumulam alta de 32,52% e as sem voto, de 34,64%. No exterior, ontem, as ADRS (recibo de ações) subiram 1,59%.

— Os papéis subiram muito no ano. É normal que quem já estava alocado no papel desde o início do ano coloque no bolso e espere para comprar com algum desconto na data da precificação — disse o chefe da equipe de research da Eleven, Carlos Daltozo.

Segundo Ajeje, a privatização dará novo fôlego ao papel, destacando que o preço-alvo da ação está em R\$ 70, muito acima do patamar atual do papel.

— O processo de privatização tem um benefício imediato que é uma redução de riscos da companhia. Você vai encontrar valor na Eletrobras pelo ganho de eficiência e da melhor gestão do balanço da companhia.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 21 e 24